



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

DÓRIS DEIZE GOMES DE SOUSA

**FORMAÇÃO DOS GESTORES DAS ESCOLAS
PÚBLICAS - Uma Análise Complementar Realizada na
Escola Estadual Professor Pedro Augusto Porto
Caminha.**

João Pessoa-PB

2014

DÓRIS DEIZE GOMES DE SOUSA

FORMAÇÃO DOS GESTORES DAS ESCOLAS
PÚBLICAS - Uma Análise Complementar Realizada na
Escola Estadual Professor Pedro Augusto Porto
Caminha.

Monografia apresentada ao Curso de Especialização fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em Convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Mônica de Lourdes Neves Santana

João Pessoa - PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S725f Sousa, Doris Deize Gomes de Sousa
Formação dos gestores das escolas públicas [manuscrito] /
Doris Deize Gomes de Sousa. - 2014.
34 p.

Digitado.

Monografia (Teoria da História e Metodologia do Ensino da História EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Prof.Dr. Mônica de Lourdes Neves Santana, Extensão".

"Co-Orientação: Prof. Dr. Eneida Oliveira Domellas de Carvalho, Extensão".

1. Escola eficaz. 2. Gestão escolar. 3. Tomada de decisão. I.
Título.

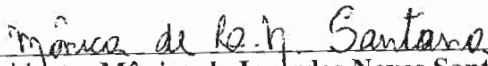
21. ed. CDD 371.200


DÓRIS DEIZE GOMES DE SOUSA

FORMAÇÃO DOS GESTORES DAS ESCOLAS
PÚBLICAS - Uma Análise Complementar Realizada na
Escola Estadual Professor Pedro Augusto Porto
Caminha.

Monografia apresentada ao Curso de Especialização
fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas
Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em
Convênio com Escola de Serviço Público do Estado da
Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do
grau de especialista.

Aprovada em 01 de novembro de 2014.


Presidente- Mônica de Lourdes Neves Santana


Membro 1- Eneida Oliveira Dornellas de Carvalho


Membro 2- Jailto Luis Chaves de Lima Filho

*Ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação,
e às pessoas com quem convivi nesses espaços nesse período,
Dedico.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer por terem, de alguma forma, contribuído para a conclusão deste trabalho, aos meus colegas da Escola Estadual de Ensino Médio Professor Pedro Augusto Porto Caminha, aos funcionários, principalmente aos docentes do curso, aos alunos e gestor e adjunto que prontamente responderam ao questionário, indispensável para obtenção dos resultados aqui comentados.

“O homem precisa educar-se, formar a inteligência, para poder usar eficazmente as novas liberdades. A inteligência no sentido em que falamos, não é algo nativo, mas algo de cultivado, de educado, de formado, de novos hábitos que a custo se adquirem e se aprendem”.

Anízio Teixeira

RESUMO

A pesquisa reflete a importância da formação dos gestores como profissionais da educação da Escola Estadual Pedro Augusto Porto Caminha (EEPAC). Trata-se de uma pesquisa caracterizada como bibliográfica e também descritiva, pois buscou descrever características dos gestores e estabelecer relações entre as variáveis analisadas. Seu objetivo foi identificar os fatores que influenciam negativamente a forma administrativa desses profissionais na Escola EEPAC e para atingi-lo foi utilizado o questionário como instrumento de pesquisa, baseado auto avaliação. Através dos resultados foi possível verificar que a escola existe para cumprir objetivos da sociedade e a formação deve servir a propósitos superiores e interesses pessoais. Diante destes resultados, foi possível indicar algumas sugestões de melhorias a fim de promover uma reflexão sobre a estrutura organizacional e as condições de tomada de decisões da equipe escolar.

Palavras – Chave: Escola eficaz, Gestão escolar, Tomada de decisão.

ABSTRACT

The research reflects the importance of training managers as professionals in education and descriptive from the State School Augusto Pedro Harbor Walk (EEPAC). It is a bibliographic research literature and also descriptive since sought to describe characteristics of managers and establish relationships between variables. Their goal was to identify the factors that negatively influence the way these professionals in administrative EEPAC School and to achieve it the questionnaire was used as research instrument based self-assessment. From the results it was possible to verify that the school exists to meet the objectives of society and formation must serve to superiors and to personal interests. Beyond these results, it was possible to indicate some improvement suggestions to promote a reflection on the organizational structure and the conditions of decision making of the school team.

Key-words: Effective school, school management, Decision making

LISTA DE SIGLAS

EEEPAC – Escola Estadual Professor Pedro Augusto Porto Caminha.

CNTE-Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

MEC – Ministério da Educação.

PCNEM – Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio.

Saeb-Sistema Nacional de Avaliação da Educação.

FNQ- Fundação Nacional da Qualidade

IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. UM OLHAR RETROSPECTIVO DOS PROBLEMAS SOCIAIS E ECONÔMICOS CRÔNICOS	12
2.1 Breve históricos da compreensão da educação por meio histórico.....	12
2.2 A educação após 1964.....	14
3. PROPOSTA DE LEIS PARA A EDUCAÇÃO	15
3.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação.....	15
3.2 Plano nacional de educação.....	16
3.2.1 A escola pública como espaço da educação de qualidade.....	16
3.2.2 Formação dos gestores no contexto escolar.....	17
4. SOMOS SUJEITOS ATIVOS NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA	19
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS.....	26

INTRODUÇÃO

O objetivo dessa pesquisa é investigar se a formação dos gestores educacionais que atuam no processo no ensino médio da rede pública Estadual de Ensino Médio Prof. Pedro Augusto Porto Caminha atende ao disposto na LDB dos Profissionais da Educação no que diz respeito à legislação educacional correlacionada além de construir coletivamente um processo de Avaliação da Gestão, elevando a qualidade da prestação de serviços educacionais, potencializando e desenvolvendo o desempenho institucional.

Art. 1º A investidura na função de diretor escolar do magistério público do ensino fundamental e médio das unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino dar-se-á por designação e posse do Governador do Estado, mediante a participação do candidato nas etapas seletiva, consultiva e formativa. (Decreto nº38.103 de 25 de abril de 2012)

Pensei sobre este tema no último ano. O que faria a escola privada ter mais sucesso do à escola pública é o fato de que a primeira tem por objetivo a classificação de seus estudantes em instituições de cursos superiores, a segunda apenas tentar cumprir a legislação vigente, utilizando de seus recursos para oferecer este direito básico ao cidadão.

Todavia, devido á concepção do serviço público junto às imperfeições do estalecimento da cultura do Brasil (corrupção, morosidade, cordialidade, dentre outros) a educação pública também passou por um processo de deterioração de sua qualidade. Na medida em que este serviço se tornou-se mais amplo também perdeu qualidade. Há quem defenda que isto ocorreu pelo acesso de pobres na educação pública.

A escola é uma organização social dotada de responsabilidade e particularidades por meio de suas práticas, políticas sociais e pedagógicas. Assim, segundo (Dourado, 2006) sua gestão deve ser diferenciada da administração em geral, e, particularmente, da administração empresarial.

Portanto, “qualidade é, assim, questão de competência humana. Implica em consciência crítica e capacidade de ação, saber e mudar.” (DEMO, 1941). Adequar à formação do gestor é de fundamental importância para o trabalho desse profissional na escola com boas práticas e ações no desenvolvimento de suas atividades.

A educação é pública, pois é direcionada para todos e tenta encontrar a maior amplitude possível, mas vale considerar que nem todos têm acesso a garantido, apesar de

haver uma legislação que obriga os familiares, a sociedade e o Estado, isto não se resulta na totalidade.

A educação não é gratuita, apenas não se cobra diretamente dos estudantes ou da família, mas toda a estrutura é paga através de impostos que para educação o FUNDEB na Emenda nº53, de 2006, que captava 60% dos 25% da receita de cinco impostos e que atualmente coloca mais três na cesta de redistribuição, formada agora por 80% dos 25%, e destinados à educação básica. No que tange a qualidade, é necessário se conhecer o objetivo que aquela educação possui para se conhecer qualidade.

A formação de gestores não pode ser somente a de lhes oferecer os recursos financeiros de questões limitadas a quem detém cargo/função, mas também a de refletir em um caráter de resolver questões relacionadas à suas ações adotadas nas escolas, considerando os impactos que elas exercem nessas estruturas num processo evolutivo, comprometidos com um projeto voltado para a construção do desenvolvimento profissional – ético, estético, político e social.

Deste modo, existe uma urgência em preparar gestores aptos a enfrentar os desafios colocados em um mundo cada vez mais complexo por uma educação em mudança na construção multidisciplinarmente atuantes no comprometimento das atividades de acordo com o Art. 4º Poderão participar do processo eletivo para Diretor e Vice - Diretor das Escolas da Rede Estadual de Ensino os professores e especialistas em Educação (Lei nº 7.983 de abril de 2006).

A prática gestora se estrutura na formação do profissional, significando uma tentativa de modificar não somente o trabalho pedagógico-educativo, mas também o desenvolvimento histórico em um processo contínuo com formação permanente, essencial para garantir a qualidade da educação, com acompanhamento pedagógico, com reuniões no máximo quinzenais. Identificando o Processo Tomada de Decisão em Gestão Escolar vinculado a Escola.

No momento que este gestor ingressa no curso de formação inicial somados aos constituintes da história de vida deste indivíduo, irão agregar-se conhecimento de uma dada área específica, teorias pedagógicas e elementos práticos oriundos da atividade administrativa que abriam as portas para detectar como ocorrem os processos de Tomada de Decisão desses gestores nas Escolas.

Como foi dito anteriormente, o foco da educação é apenas fornecer escolas, independente da qualidade da educação e do conteúdo. Apesar de fazê-lo sem os estudantes aprenderem os conteúdos já vale como qualidade.

Em suma, a importância desse estudo consiste no fato de ser uma análise crítica responsável, sem deixar recair, simplesmente em uma valorização gratuita dos Programas governamentais, mudando o foco da qualidade. Enquanto o foco da educação pública for apenas matricular e aprovar os estudantes, a qualidade da educação ficará comprometida.

2. Um olhar retrospectivo dos problemas sociais e econômicos crônicos.

2.1. Breve histórico da compreensão da educação por meio histórico.

A História de um povo já significa que houve um início, na educação não é diferente, dependemos do passado para avaliarmos o presente e pensarmos no futuro, portanto o passado faz parte da história da educação e serve de base norteadora para desenvolvimento e aprimoramento de uma educação qualificada, por isso é muito importante e fundamental ter conhecimento da história no percurso de desenvolvimento da educação, de como era há décadas atrás e como se encontra nos dias de hoje em todos os aspectos, estrutural, disciplinar, científico, pedagógico e existindo ainda os objetivos positivamente aproveitáveis no decorrer da história da Educação.

O conhecimento histórico é o modo de explicar a estrutura da escola e da educação como participantes da formação da cultura de um povo construídas por homens e mulheres em determinado tempo e espaço e as mudanças constantes convertendo-se em continuidades e descontinuadas.

A estrutura escolar é o lugar para onde encaminhamos crianças e adolescentes em média dos seis aos dezoito anos, neste caso sem levar em consideração as distorções idade-série, a fim de apreender a cultura já produzida ao longo de nossa história.

Compreendendo nossas raízes e a constituição da civilização percebe-se de forma mais concreta a construção dos símbolos, valores e linguagens existente na sociedade.

Com a colonização ou ocupação das terras pela Coroa Portuguesa se intensificou uma quebra na estrutura organizacional dos nativos que possuíam tradições, rituais, códigos de linguagem, espírito comunitário, festas e danças que fazia parte da identidade dos povos indígenas.

Com a Companhia de Jesus vieram os colonizadores com o objetivo de propagar a fé cristã com a visão da dignificação do homem para contribuir com os interesses da Coroa Real que era a exploração das terras. Utilizando-se de meios cruéis de aldeamento, confinamento de tribos indígenas para a evangelização, catequese e para o trabalho.

Em 1950 os portugueses passaram a importar, forma de mentalidade dominadora, negros para trabalhar em canaviais nos engenhos e mineração e eram tratados como objeto de valor, mercadoria.

Percebe-se neste quadro a forma autoritária com visão de seres superiores, hierárquica onde estes possuíam a forma mais correta de se viver em sociedade e negaram toda forma de cultura existente fora do meio na qual os colonizadores acreditavam como verdade absoluta.

Quanto à formação da educação formal no Brasil, esta destinada a educação das elites como os filhos de fazendeiros dos senhores de engenho, as funções nobres de educar eram destinados aos sacerdotes, missionários e religiosos com aulas régias e alguns eram enviados para Coimbra e Évora para terminar os estudos. Os outros participantes da estrutura escolar – os funcionários na época – eram trabalhadores braçais, escravos, índios.

Em 3 de setembro de 1759 foi instituída a língua portuguesa como idioma oficial da colônia. Período envolto de movimentos iluministas na Europa provocando uma revolução no contexto estrutural, na qual a igreja deixa de ser o centro judaico – cristão, e revela-se uma maneira de interpretar o mundo e as relações sociais passando a ter importância a razão humana gerando reflexos importantes nas colônias.

No decorrer da história percebe-se que a escola pública não tinha lugar para a sociedade brasileira e após a separação política de Portugal, a República herdou poucas escolas primárias e secundárias um grande número de analfabetos, poucos recursos financeiros e pressões populares.

Na reforma do ensino primário proposta por Rui Barbosa em 1883 foi encontrado a presença dos funcionários.

§ 22. Em uma escola normal haverá um diretor, um secretário, um censor, um amanuense, que acumulará as funções de bibliotecário e arquivista, um preparador para gabinetes de física, química e história natural, um porteiro, um contínuo e os serventes precisos.

§27. O governo fixará em regulamento, as atribuições dos funcionários das escolas normais.

(Ministério da educação, obras complementar de Rui Barbosa, Reforma do ensino primário, Rio de Janeiro, Volume X, tomo IV, 1883, p. 108-109)

A estrutura escolar ganhou corpo com o aumento da industrialização e o comércio com falta de trabalhadores qualificados para serviços mais complexos. Surgindo assim movimentos sociais de lutas sindicais em favor de direitos de educação para todos, crianças, jovens e adultos como dever do Estado.

Em busca de melhores condições de vida famílias inteiras se evadiram do campo e migraram para as cidades. A seca expulsou do nordeste para as capitais famílias que se instalaram e foram bairros periféricos sem planejamento, casas populares e favelas um transtorno que agravava as condições sociais destas populações com déficit habitacional, saúde, educação e cultura.

2.2 A educação após 1964

A década de 60 marcada por muitas mudanças nos campos políticos: político, social econômico, educacional tendo como principal objetivo buscar o crescimento do país de forma acelerada foi criado escolas públicas que eram administradas de forma vertical e centralizadas na figura do diretor, que comandavam as ações e dessa forma todos deviam obediência ao cumprimento das ordens como reflexo da ditadura. Esta organização escolar desencorajava as atitudes dos alunos, professores e funcionários, dessa forma a educação sofreu uma grande interferência na conjuntura da primeira e segunda guerra mundial que culminou com o golpe militar.

A educação era tratada como um instrumento de controle moral durante o período (1964- 1985) os vinte e um anos em que os militares governaram o país caracterizando por grande repressão aos opositores e as escola e universidades também foram vítimas do referido regime e após a década de 60 houve reivindicações por escolas públicas que eram insuficientes para o contingente populacional que migrou do campo para as cidades. Existindo as escolas para elites e outra para os trabalhadores e nessa sociedade de classe muitos sofriam preconceitos, passavam fome e frio, foram e são discriminados por serem da roça, pobres, negros ou portadores de necessidades especiais. Meninos e meninas pobres não cabiam dentro das escolas públicas.

O escritor Rubem Alves disse certa vez: “Há escolas que são gaiolas. Há escolas que são asas. Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são os pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar”.

Em decorrência de direitos conquistados aumentaram o número de estudantes matriculados, porém muitos não permaneceram, pelas condições precárias em que se encontravam muitas famílias e também pela estrutura escolar que entendia que a qualidade da

educação era compreendida pela quantidade de conteúdos que precisavam ser repetidos nas provas e a reprovação era entendida como total incapacidade do aluno.

3. PROPOSTA DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO E DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

3.1 Leis de diretrizes e Bases da Educação

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) narra em seu texto sobre os diferentes setores da sociedade e em especial os educadores que estavam empenhados em conduzir a democratização das políticas públicas em relação à educação do ensino público como um dos princípios basilares (AGUIAR,2008).

Com o auxílio da LDB e as Leis vigentes para enfrentar os desafios da novidade escolar contemporânea e na nova óptica do trabalho de direção, das ações de organização educacional, com o objetivo de promover o desenvolvimento do ensino voltado para instituir às normas da gestão democrática do ensino público com as comunidades e conselhos escolares.

A partir da LDB- Lei 9394/1996, o Ministério da Educação propôs reforma na estrutura educacional em todos os níveis. Para o Ensino Médio é dada a identidade de etapa final da educação básica e a função principal de consolidar a formação geral do educando, oferecendo-lhe uma formação ética e autonomia intelectual. Tais atribuições não são tarefas fáceis para a escola, assim foram elaborados as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, a fim de expressar os princípios gerais da LDB seus pressupostos filosófico-pedagógicos.

O ensino deve deixar de ser, conforme esse documento, centrado unicamente no conhecimento e passa a ser orientado pela construção de competências e habilidades.

De acordo com Patricia Mechi (2006, p.2)

A lei de diretrizes e Bases da Educação surgiu para substituir o modelo implementado pela ditadura. Persistem, contudo, problemas que não foram solucionados ou que se aprofundaram no período. A educação básica, ainda hoje, não está universalizada na Brasil; Sem dúvida, muito do que se produziu durante a ditadura persiste na estrutura educacional brasileira.

Apesar das consideráveis contribuições da LDB, encontramos muitos problemas na educação atual e que vão além da sala de aula, mas que estão diretamente relacionados com o

dia a dia da escola. O processo de ensino-aprendizagem gera inúmeras discussões, tendo em vista o desenvolvimento acelerado da sociedade. Desta forma, é importante buscar uma nova reflexão sobre as práticas que envolvem todos que estão envolvidos na educação.

3.2 Planos Nacionais da Educação

O Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) apresenta a gestão democrática da educação em seu art. 2º, inciso X, junto com a difusão dos princípios da equidade e do respeito à diversidade. Para se atingir a Meta (3) três do plano: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos e elevar até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% nesta faixa etária.

Estratégias do PNE:

- Formalizar e executar os planos e ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnica e financeira voltada à melhoria da gestão educacional a formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar, ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e a melhoria da infraestrutura física da rede escolar.
- Apoio técnico e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, com vista à ampliação da participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos e o desenvolvimento da gestão democrática efetiva.
- Orientar as políticas das redes e sistemas de educação de forma a buscar atingir as metas do IDEB, procurando reduzir a diferença entre as escolas com menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem.

Desta forma, competência é a demonstração da capacidade de ampliar conhecimentos e/ou habilidades para resolver um problema em uma dada situação, e, quando relevante, atributos pessoais demonstráveis (DELUIZ, 1996). Compreendemos desta forma que o gestor escolar possui toda a responsabilidade na gestão da organização – escolar, mas sendo nítido que esse papel passa a exigir papéis que vão além da mera administração centralizada e técnica.

3.2.1 A escola pública como espaço da educação de qualidade: constituição e LDB

A democratização e participação referidas nas leis e estão consolidadas e nada mais é que o falar sobre um Projeto Político Pedagógico da comunidade escolar. O projeto faz com que a escola saia da rotina, é uma união perfeita entre escola e sociedade.

O PPP de uma escola é o documento que estabelece os seus objetivos, metas, planos e as estratégias para alcançar tudo isto (quem, com, quando, com que motivo). É a partir deste documento que a escola consegue se situar e buscar melhorias, qualificar seus funcionários professores e estudantes; relacionar-se com a sociedade; definir conteúdos a serem trabalhados, a forma de se trabalhar estes conteúdos e a relação disto entre as disciplinas.

O PPP é importante na medida em que direciona, norteia todos os passos e quem assume a responsabilidade pelo cumprimento de cada etapa. Paulo Freire já dizia que todo o projeto é, por natureza, político, justamente por definir os rumos da educação, seus resultados e expectativas advindas destes resultados. Uma escola sem PPP fica perdida, sem controle sobre as ações, os papéis de cada ator e sem expectativas de metas e objetivos. Partes essenciais do PPP:

- Missão da escola;
- Caracterização da escola;
- Plano de ação e projetos.

Ter um projeto político pedagógico é de fundamental importância, mas o que se vê e é comum que o PPP fique engavetado e desatualizado e com muitas dificuldades de se colocar em prática e se transforma em um instrumento puramente burocrático e esse é caso da Escola Estadual Pedro Augusto Porto Caminha- EEPAC.

O reconhecimento da existência desta problemática pensou-se em uma estratégia de como fazer com que esse documento que é a identidade da escola se apresente mais vivo para toda a comunidade interna e externa.

3.3.2 Formação dos gestores no contexto escolar.

Nas últimas décadas, se não nos últimos séculos, tem-se insistido em fazer análises filosóficas com relação aos problemas da educação brasileira, e destas discussões muitas vezes desenha-se, como diz Azanha (2004, p. 369), um “perfil profissional” por meio de uma listagem de competências cognitivas que deveriam ser desenvolvidas pelos cursos formadores.

Contudo, entendemos que formar profissionais capazes “implicam num posicionamento das pessoas como sujeitos ativos, conscientes e responsáveis pela dinamização dos processos sócias e instituições de que participam. Elas apontam novas perspectivas, que geram novas épocas históricas” (FERGUSON, 1993) não é uma tarefa fácil de ser realizada, justamente por essa complexidade vinculada aos dados para melhorar a gestão e realizar mudanças mais eficazes que possam impactar positivamente na contribuição disseminada pelos futuros gestores.

E é nessa visão que o governo brasileiro criou o primeiro Plano Nacional de Educação fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mais precisamente na Lei nº 4.024, de 1961. Esse plano, lançado em 1962, consistia basicamente de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num prazo de oito anos, e veio sofrendo modificações, mas sempre na tentativa de se buscar uma excelência educacional que permitisse o país avançar nesse quesito. Argumentando a esse respeito, Severino (2002), afirma que:

[...] numa sociedade organizada, espera-se que a educação, como prática institucionalizada, contribua para integração dos homens no tríplice universo das práticas que tecem sua existência histórica concreta: no universo do trabalho, âmbito da produção material e das relações econômicas; no universo da sociabilidade, âmbito das relações políticas, e no universo da cultura simbólica, âmbito da consciência pessoal, da subjetividade e das relações internacionais. (p. 17).

Dados divulgados pelo Saeb demonstraram um substancial desperdício de talentos nas escolas brasileiras identificados por seu alto índice de evasão, repetências e baixos índices de rendimento são devidos, em grande parte, a deficiência da gestão ocorrendo por falta de referência, organização e orientações adequadas para nortear a atuação educacional com a devida competência. Seria esse fato, um reflexo da má formação daqueles a quem compete à liderança e a organização do trabalho de modo a orientar no desenvolvimento do ambiente educacional, os gestores?

Parece que o governo brasileiro tem acreditado nisso e felizmente a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional - LDB, em 1996 e do Plano Nacional de Educação, em 2001, a formação continuada desses diretores foi contemplada em capítulo próprio, e muitas ações vêm sendo implantadas em função das determinações e prazos ali contidos, e que deverão interferir radicalmente no perfil e no sistema educacional em todas as modalidades.

Todas essas ações têm sim o seu caráter de legitimidade, pois compartilhamos a ideia de que o gestor é o principal sujeito na estrutura organizacional da escola, fortalecendo princípios comuns de orientação, norteadores da construção da autonomia competente, que se garantem a partir do estabelecimento e cumprimentos de normas, leis, princípios e diretrizes comuns de acordo com os princípios estabelecidos na Constituição Brasileira e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.

4. Somos sujeitos ativos na construção da história

A investigação operacionalizada por meio de uma pesquisa aplicada, descritiva, bibliográfica, documental.

A formação dos gestores da escola será analisada através de uma pesquisa de campo com questionários que identifiquem o grau de conhecimento dos integrantes do corpo escolar no atendimento a diretrizes educacionais, na realização de seus objetivos e na atenção aos interesses de desenvolvimento dos alunos.

Democratização e participação nada mais é que o falar sobre um Projeto Político Pedagógico, que é falar em uma comunidade escolar. O projeto faz com que a escola saia da rotina, é uma união perfeita entre escola e sociedade.

Como referencial para compreender de forma dinâmica o que ocorre no interior da escola, que de outra forma parecem desordenadas.

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistências de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V- Valorização dos profissionais de ensino, garantindo, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso de provas e título, assegurando o regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;
- VI- gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII- garantia do padrão de qualidade. (Art. 206, CF)

Esse projeto foi motivado pela clara percepção de que a qualidade do ensino se apoia, dentre uns dos aspectos mais fundamentais, sobre a competência profissional dos diretores escolares e sua capacidade de organizar, orientar e liderar as ações e processos promovidos na escola voltados para a promoção da aprendizagem e formação dos discentes.

Servirão de estímulo e apoio à reflexão sobre a prática diária, ao planejamento de aulas e, sobretudo ao desenvolvimento do currículo da escola, contribuindo ainda para a atualização profissional e da necessidade de se construir processos de gestão escolar compatíveis com a proposta e a concepção da qualidade social da educação.

Cada escola deve ser construída coletiva e historicamente por seus atores, de forma subjetiva e serem dinâmicos no enfrentamento de seus desafios. Conhecer essa personalidade da escola e seu valor educacional de elevado valor social é condição para sua atuação efetiva, cabendo compreender uma série de aspectos que envolvem a educação.

A Secretaria de Estado da Educação, como órgão gestor e indutor de políticas públicas, apresenta a Portaria N° 546/2013, que forma normas para a gestão de pessoal e distribui outras providências necessárias para assegurar o funcionamento efetivo da rede estadual de ensino.

A investigação procurará contribuir para a melhoria da organização escolar nas instituições públicas de ensino médio, incentivando e motivando os gestores a uma formação continuada. O que por sua vez, permite alcançar os princípios educativos promulgados por este dirigente escolar;

- Incentivar e motivar os gestores a uma formação continuada, qualificando assim a estrutura da escola da rede pública estadual. O que por sua vez, permite alcançar os princípios na administração promulgados pelos gestores de atividades que envolva ensino;
- Promovendo a troca de experiências em processo crítico e de mútua aprendizagem;

A esse cabe, ainda, o “esforço para não dirigir o grupo de alunos segundo suas crenças e valores, não confundir o seu papel e não desvirtuar os objetivos” (MARTINS, 2007, p. 3).

O Dirigente de Educacional tornar efetiva a experiências da gestão educacional de seu município que tenham alcançado resultados concretos, e que contribuam com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) (Lei nº 10.172, de 09/01/2001) e do Compromisso Todos pela Educação (Decreto nº 6.094, de 24/04/2007), para assim orientar as políticas das redes e sistemas de educação de forma a buscar atingir as metas do IDEB, procurando reduzir a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem.

O Plano Nacional de Educação tem como meta universalizar, até 2016, o atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos e elevar até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% nesta faixa etária. Levantando estratégias:

“Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 (PNE - 2011/2020) constante do Anexo desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição.”

Esse entendimento pressupõe reconhecer o pluralismo, a diversidade como elemento importante da realidade. Por outro lado, evidencia-se que as relações organizacionais são, de certa forma, determinadas pelo contexto do todo em que ocorrem, que apresenta certa estimulações, inibições e imposições (MORIM,1987).

A partir desse entendimento, adota-se uma perspectiva mais concreta e menos abstrata da realidade, superadora da óptica idealizadora que pensa e espera o aluno com perfeito, o professor como perfeito, a escola como perfeita.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação foi operacionalizada por meio de uma pesquisa de campo, entendendo que essa “o conhecimento é adquirido sem que o pesquisador possa interferir no objeto de estudo” (CRUZ & RIBEIRO, 2004, p.28). Deste modo toma-se como referência este tipo de investigação por entender que esta é:

[...] aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (LAKATOS E MARCONI, 1991, p. 186).

Com uma visão do corpo escolar que compreende os professores, alunos, funcionários dentro das suas variadas modalidades que também necessita de formação pessoal no enfrentamento dos desafios e como conselho escolar ajuda na tomada das decisões junto aos determinados gestores.

O universo da pesquisa é representado pela Escola Estadual de Médio Professor Pedro Augusto Porto Caminha.

O quadro de funcionários da escola é constituído funcionários 53 distribuídos nas diversas funções entre direção e o corpo organizacional e parte pedagógica com seus determinados componentes curriculares.

A escola Estadual EEPAC como é mais conhecida foi fundada em 1971, com o nome Colégio Estadual do ABC; funciona no prédio do antigo colégio religioso Sagrada Família está localizado na Rua Frei Martinho, no bairro de Jaguaribe na cidade João Pessoa estado da Paraíba. Esta oferece ensino na modalidade, Médio e EJA para 1008 alunos, com idades entre 15 e 55 anos.

O turno da manhã é constituído por 600 alunos e distribuídos em 4 turmas de 1 ano 2 turmas de 2º ano e três turmas do 3º ano. O turno da tarde contem dois primeiros anos. Totalizando 200 alunos.

O turno da noite dispõe do ensino de jovens e adultos (EJA) na modalidade do ensino médio e apenas três séries do ensino regular, uma para o primeiro, uma para o segundo e uma para o terceiro.

O quadro de funcionários destas escolas é composto 110 funcionários distribuídos em suas determinadas funções atuando nos turnos da manhã, tarde e noite.

É importante ressaltar que uma gestão escolar levando em consideração que ela tem uma necessidade de ser democrática precisa contar com os conselhos municipais de educação e conselhos escolares como estratégias de participação social que seguem o Plano de Nacional de Educação (PNE).

Também é digno saber que constituem uma contribuição para que professores se familiarizem com concepções e processos de gestão, como condição para que, como membros da escola, participem de forma efetiva do processo de planejamento do projeto pedagógico e sua gestão.

Desta forma, o trabalho na organização da estrutura escolar só é possível com a identificação, entre pesquisadores, de elementos e aspectos de gestão que estimulam a reflexão e servem como objetivo na formulação de questões de investigação na área.

Foram analisadas uma turma do primeiro, uma turma do segundo e outra do terceiro ano do ensino médio pela manhã e nos turnos consecutivos. E um funcionário de cada setor de apoio direção, secretaria, biblioteca.

Nesta pesquisa as ferramentas utilizadas para se coletar os dados que serviram de base foram os questionários, que segundo Cervo e Bervian (2006, p.99) “é a forma mais usada para coletar dados, pois, possibilita medir com exatidão o que deseja”. Constituindo assim, “uma forma investigativa eficiente para o que se deseja”.

Os questionários foram formulados, tendo como norteadores os grupos aos quais as questões foram destinadas, visando elencar as informações necessárias para o desenvolvimento concreto desta pesquisa.

Foram elaborados cinco questionários para os diretores, professores e coordenadores, funcionários, família e alunos explanando o seu conhecimento sobre o papel desse gestor no âmbito escolar e segundo Rui Canário, "a metodologia de trabalho por projetos nos remete à ideia de liberdade, de criatividade. Podemos sentir a escola como uma instituição aberta, acolhedora, democrática, comprometida com as questões familiares e comunitárias que não tem a solução para todos os problemas, mas que pode participar da vida na comunidade e faz parte deste contexto".

O primeiro questionário contém uma auto avaliação, para os gestores como uma análise pessoal e que vai ser confrontada com os resultados dos questionários preenchidos pelos demais membros da comunidade escolar. Isto ajudará a rever seu trabalho e suas atitudes.

Os demais questionários será um parâmetro de visão dos professores e coordenadores, para os funcionários, para as famílias, para os alunos a fim de detectar seu conhecimento do processo administrativo que a escola realiza no seu cotidiano.

Observar o nível de entendimento compartilhado coletivamente pelas pessoas na organização escolar e de acordo com o quadro identificar os esforços pela promoção e melhoria da qualidade de do ensino até mesmo os realizados objetivando resultados parciais de curto ou longo prazo.

Para a obtenção dos resultados que serviram de alicerce na construção desse trabalho, seguimos algumas etapas:

- Contato informal com os sujeitos da pesquisa, demonstrando o anseio do pesquisador em incluir naquela pesquisa a opinião de todos, salientando a importância desses na execução do respectivo trabalho.
- Aplicação do questionário aos sujeitos da pesquisa, com o cuidado em manter o anonimato e liberdade de expressão desses.
- A última etapa consistiu na análise dos questionários entregues.

Mediante a necessidade de se avaliar a real contribuição que a gestão tem dado aos demais membros da comunidade escolar foi preparado questionários que foram respondidos por grupos de interesse, e posteriormente realizados uma análise criteriosa dos dados e das concepções que os entrevistados possuem a respeito desse modo de desenvolvimento do conhecimento das questões que envolvem a gestores, que estão abaixo interpretados.

Devido ao fato dos questionários serem destinados a grupos distintos, usaremos, para um melhor desenvolvimento, codinomes para designar os dados de cada grupo. O questionário destinado aos participantes da autoavaliação será designado a partir daqui por questionário I, o questionário referente aos professores e coordenadores em será apontado como questionário II, já o referente aos que acompanharam alguma atividade desenvolvida por funcionários de questionário III, para a os questionários aplicados à família IV e alunos V.

Após apresentados os resultados, os mesmo foram analisados e discutidos através do método quantitativo e qualitativo, o que possibilitou a constatação do significado de uma formação específica promove a condição de realizar as funções no ambiente escolar e também da percepção da mesma com melhor desenvolvimento profissional.

Optou-se aqui por expor primeiramente os dados que caracterizam o perfil dos gestores como uma auto avaliação, para posteriormente apresentarmos as outras questões para confrontar os resultados. O primeiro perfil analisado condiz com uma análise pessoal de quem

assumem o posto de gestão em que o participante dessa ação administrativa na escola EEEPAC está inserido.

Contraponto da auto avaliação da gestão com os professores e coordenadores entrevistados e integrantes do corpo funcional da instituição, contando com um total de cinquenta e três distribuídos em diversas especialidades, está representado no questionário respectivamente.

Observou-se que os alunos estes principalmente desconhecem a cerca do processo administrativo e como acontece no interior da escola, esta falta de conhecimento impede um entendimento mais abrangente das dificuldades que possam acontecer exemplo o atraso da merenda. E não compreensão e falta de diálogo gera entre eles desmotivação e passam a cobrar de forma intransigente.

O gestor tem algumas dificuldades de manter uma equipe estruturada muitas vezes pela falta de comprometimento, por não ter o poder de liderança e deliberação de forma correta, como clientes nesse sistema não sabem utilizar tais cobranças e lidar dessa forma com trabalho em equipe, democrático e participativo utilizando os requisitos de avaliação da sua forma administrativa a linguagem ainda utilizada nos dias atuais é de comando não sendo receptivo aos demais componentes do corpo escolar.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Inaldo; ARRUDA, Daniel. Contabilidade Pública: da teoria à prática. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. P. 41
- AGUIAR, Luís Antônio. Almanaque Machado de Assis. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- AZANHA, José Mário Pires. Uma reflexão sobre a formação do professor da escola básica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n° 2, p. 369-378, maio/ago. 2004. p. 369.
- BRASIL. Lei 4.024/6. Estabelece as diretrizes e bases para a educação brasileira. Brasília: 1961.
- BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
- CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. Metodologia científica: teoria e prática. 2 ed. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2004. p.28
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica. 4°ed. São Paulo: Makróns Books, 2006. p.99.
- DELUIZ, Neise. A globalização econômica e os desafios à formação profissional. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p.15de21, maio/ago1996. Disponível em: <www.senac.br/informativo/bts/222/boltec222b.htm>. Acesso em: 21junho de 2014
- DEMO, P. Educação e Qualidade. Campinas: Papirus, 1994. P.02
- DEMO, Pedro. Pesquisa e construção do conhecimento. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- DOURADO, Luiz Fernandes. A interiorização do ensino superior e a privatização do público. Goiânia:UFG,2001.
- FERGUSON, Marilyn (1993); "A Conspiração Aquariana: Transformações Pessoais e Sociais nos Anos 80"; ed. Record; Rio de Janeiro; RJ; 1993.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da Metodologia Científica. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991. p.186

MORIN, Edgar. Cultura de massa no século XX: O espírito do tempo 1 - Neurose. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987. 204

Lück, Heloísa Gestão educacional: uma questão de paradigma. Petrópolis –Rj. Ed.9

SEVERINO, A. J. Competência técnica e sensibilidade ético-política: o desafio da formação de professores. Cadernos FEDEP, São Paulo n. 1, fev. 2002. p. 17.

Teixeira, Anísio Espíndola. Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras. Rio de Janeiro: INEP. Revista Brasileira de estudos Pedagógicos, p 59-79.

<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao>
Acesso: 20/10/2014

http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/475_609.pdf
Acesso: 20/10/2014

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato20112014/2013/Decreto/D7983.htm Acesso: 20/10/2014

PROGEPE.pdf- DIÁRIO OFICIAL DO DIA 19 DE MAIO DE 2012.

DECRETO Nº 38.103, DE 25 DE ABRIL DE 2012.

<http://espacoacademico.com.br/066/66mechi.htm> Acesso em: 05/06/2014

Fundação Nacional de Qualidade. Modelo de Excelência de Gestão– (2012-2015). Disponível em: < <http://www.fnq.org.br/sobre-a-fnq>>. Acesso em: 08/08/2014

file:///C:/Users/Dores/Downloads/CADERNO%201%20versao%20preliminar.pdf Acesso em 20/08/2014

file:///C:/Users/Dores/Downloads/CADERNO%201%20versao%20preliminar.pdf Acesso em 20/09/2014 Alves, Cunha. Gaiolas e asas. www.rubemalves.com.br Acesso em: 25/09/2014

APÊNDICES

1.1. Questionário destinado para professores e coordenadores.

Questionário I

A gestão...
Faz reunião regulares com a coordenação pedagógica? () sim () não
Garante as condições ideais para os encontros formativos? () sim () não
Entende a escola como um lugar de formação continuada? () sim () não
Busca articulação com a coordenação pedagógica para integrar professor de diferentes áreas e séries? () sim () não
Sabe delegar funções, solicitar ajuda e ouvir críticas? () sim () não
Promove uma gestão democrática e participativa? () sim () não
Demonstra agir com ética e transparência na condução na condução do projeto educativo e dos processos administrativos da escola? () sim () não
Observa e promove a questão de segurança e higiene? () sim () não
Dispensa tratamento igual a todos os profissionais, pais e ao aluno, fazendo cumprir as regras aprovadas no Regime Escolar? () sim () não
Faz cumprir o calendário escolar e o mínimo de 200 dias letivos previsto em Lei? () sim () não
Incentivar as atividades culturais e esportivas dentro da escola e divulga aquelas que acontecem fora delas? () sim () não
Acompanha a frequências dos professores? () sim () não

1.2. Questionário destinado para os funcionários.

Questionário II

A gestão...
Faz reuniões regulares com os funcionários? () sim () não
Informa todos os projetos em andamento e pede a colaboração para eles se realizarem? () sim () não
Acompanha as frequências dos funcionários? () sim () não
Valoriza todos os funcionários, do porteiro ao vice- diretor, reconhecendo e promovendo o potencial de cada um? () sim () não
Entende que todos os funcionários tem um papel importante na aprendizagem dos alunos? () sim () não
Opiniões e sugestões

1.3. Questionário destinado para os familiares.

Questionário III

A gestão...
Promove reunião de pais em horários adequados à sua rotina? () sim () não
Informa a comunidade sobre projetos em andamento na escola e convida a todos a colaborar? () sim () não
Informa sobre a importância do Conselho escolar e como participar dele?
() sim () não
Usa os murais da escola para mostrar o trabalho dos alunos e convidar para eventos importantes? () sim () não
Opiniões e sugestões

1.4. Questionário destinado para os alunos.

Questionário IV

A gestão...
Informar a você e seus colegas sobre o Conselho escolares e o Grêmio Estudantil, a importância dessas instâncias e como participar delas? () sim () não
Abre as portas da diretoria para que as turmas deem sugestão e opiniões sobre as turmas deem sugestões e opiniões sobre atividades e os projetos? () sim () não
Circula pelos ambientes da escola conversa com você e seus colegas?
() sim () não
Promovem atividades de leitura, esportes nas horas dos intervalos? () sim () não
Permite que você e seus colegas tenham acesso a computadores, livros, laboratórios e demais equipamentos das escolas? () sim () não
Opiniões e sugestões